WANDER GARCIA E ANA PAULA GARCIA
COORDENADORES

3ª Edição 2018

COMO PASSAR

CONCURSOS DE MAGISTRATURA ESTADUAL E FEDERAL

4.100 QUESTÕES COMENTADAS *

- 2.760 Questões impressas
- 1.380 Questões on-line

DISCIPLINAS:

Direito Civil • Direito Processual Civil • Direito Penal • Direito Processual Penal • Direito Constitucional • Direito Administrativo • Direito Tributário • Direito Empresarial • Direito do Consumidor • Direito Ambiental • Direito Financeiro • Direito Econômico • Direito Previdenciário • Direito da Criança e do Adolescente • Direito Internacional • Direitos Humanos • Direito Agrário • Direito Urbanístico • Direito Eleitoral

* Gabarito ao final de cada questão, facilitando o manuseio do livro
* Questões comentadas e altamente classificadas por autores especialistas em aprovação

10 ANOS EDITORA FOCO

EDITORA FOCO

SHORT VIDEOS Vídeos de dicas de DISCIPLINAS SELECIONADAS

PDF ATUALIZAÇÃO GARANTIDA PDF ou Vídeo

2018 © Editora Foco

Coordenadores: Wander Garcia e Ana Paula Dompieri Garcia
Autores: Wander Garcia, Ana Paula Garcia, André Barbieri, André Borges de Carvalho Barros, Ariane Wady, Arthur Trigueiros, Bruna Vieira, Denis Skorkowski, Eduardo Dompieri, Fabiano Melo, Fábio Tavares, Fernanda Camargo Penteado, Fernando Castellani, Flávia Moraes Barros Michele Fabre, Gustavo Nicolau, Henrique Subi, Ivo Tomita, José Renato Camilotti, Luiz Dellore, Marcos Destefenni, Renan Flumian, Renato Montans de Sá, Roberta Densa, Robinson Barreirinhas, Savio Chalita, Teresa Melo e Vanessa Tonolli Trigueiros
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Revisora: Luciana Pimenta
Capa Criação: R2 Editorial
Diagramação: Ladislau Lima
Impressão miolo e capa: Gráfica EDELBRA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Como passar em concursos de magistratura estadual e federal / Wander Garcia e Ana Paula Dompieri Garcia, coordenadores. – 3. ed. – Indaiatuba, SP : Editora Foco Jurídico, 2018. (Coleção como passar)

Vários autores.

ISBN: 978-85-8242-209-0

1. Magistratura estadual (Brasil) - Concursos 2. Magistratura federal (Brasil) - Concursos I. Garcia, Wander. II. Garcia, Ana Paula Dompieri. III. Série.

17-08581 CDU-347.962(81)(079.1)

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Brasil : Concursos : Questões comentadas : Magistratura estadual e federal : Direito 347.962(81)(079.1)

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Bônus ou Capítulo *On-line*: Excepcionalmente, algumas obras da editora trazem conteúdo no *on-line*, que é parte integrante do livro, cujo acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (10.2017) – Data de Fechamento (09.2017)

2018
Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Al. Júpiter 542 – American Park Distrito Industrial
CEP 13347-653 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

AUTORES

SOBRE OS COORDENADORES

Wander Garcia

Doutor e Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor e coordenador do IEDI. Procurador do Município de São Paulo.

Ana Paula Garcia

Pós-graduada em Direito. Procuradora do Estado de São Paulo.

SOBRE OS AUTORES

André Barbieri

Mestre em Direito. Professor de Direito Público com mais de dez anos de experiência. Professor em diversos cursos pelo País. Advogado.

André Borges de Carvalho Barros

Mestre em Direito Civil Comparado pela PUC/SP. Professor de Direito Civil e de Direito do Consumidor exclusivo da Rede LFG. Membro do IBDFAM. Advogado.

Ariane Wady

Especialista em Direito Processual Civil (PUC-SP). Graduada em Direito pela PUC-SP (2000). Professora de pós-graduação e curso preparatório para concursos - PROORDEM - UNITÁ Educacional e Professora/Tutora de Direito Administrativo e Constitucional - Rede LFG e IOB. Advogada.

Arthur Trigueiros

Pós-graduado em Direito. Procurador do Estado de São Paulo. Professor da Rede LFG e do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Bruna Vieira

Pós-graduada em Direito. Professora do IEDI, PROORDEM, LEGALE, ROBORTELLA e ÊXITO. Professora de Pós-graduação em Instituições de Ensino Superior. Palestrante. Autora de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem, por diversas editoras. Advogada.

Denis Skorkowski

Professor-corretor do IEDI. Assessor jurídicos de Desembargador (TJ/SP).

Eduardo Dompieri

Pós-graduado em Direito. Professor do IEDI. Autor de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e Exame de Ordem.

Fabiano Melo

Professor de cursos de graduação e pós-graduação em Direito e Administração da PUC-MG. Professor da Rede LFG.

Fábio Tavares

Advogado atuante nas áreas de Direito Público. Professor Exclusivo de Direito Constitucional, Educacional e da Saúde da Rede de Ensino LFG, do Grupo Anhanguera Educacional Participações S.A. e do Atualidades do Direito. Pós-Graduado em Direito Público. Especialista em Direito Constitucional, Administrativo, Penal e Processual Civil. Palestrante e Conferencista. Autor de obras jurídicas.

Fernanda Camargo Penteado

Professora de Direito Ambiental da Faculdade de Direito do Instituto Machadense de Ensino Superior Machado-MG (FUMESC). Mestre em Desenvolvimento Sustentável e Qualidade de Vida (Unifae)

Fernando Castellani

Advogado. Professor de Direito Tributário e Empresarial. Coordenador do LLM do IBMEC. Professor do COGEAE/PUCSP, do IBET e da Rede LFG/Praetorium.

Flávia Moraes Barros Michele Fabre

Procuradora do Município de São Paulo. Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP. Doutora em Direito Administrativo pela USP. Professora de Direito Administrativo.

Gustavo Nicolau

Mestre e Doutor pela Faculdade de Direito da USP. Professor de Direito Civil da Rede LFG/ Praetorium. Advogado.

Henrique Subi

Agente da Fiscalização Financeira do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Mestrando em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Especialista em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Direito Tributário pela UNISUL. Professor de cursos preparatórios para concursos desde 2006. Coautor de mais de 20 obras voltadas para concursos, todas pela Editora Foco.

Ivo Tomita

Especialista em Direito Tributário pela PUC/SP – Cogeae. Autor e organizador de obras publicadas pela Editora Foco. Advogado.

José Renato Camilotti

Especialista em Direito Tributário pela PUC-SP, Mestrando em Direito do Estado PUC-SP, Professor universitário e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas, autor de diversas obras jurídicas.

Luiz Dellore

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela USP. Mestre em Direito Constitucional pela PUC/SP. Professor do Mackenzie, EPD, IEDI, IOB/Marcato e outras instituições. Advogado concursado da Caixa Econômica Federal. Ex-assessor de Ministro do STJ. Membro da Comissão de Processo Civil da OAB/SP, do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Processual), do IPDP (Instituto Panamericano de Derecho Procesal) e diretor do CEAPRO (Centro de Estudos Avançados de Processo). Colunista do portal jota.info.

Facebook e LinkedIn: Luiz Dellore

Marcos Destefenni

Doutor e Mestre pela PUC/SP. Mestre pela PUC de Campinas e Mestre em Direito Penal pela UNIP. Professor da Rede LFG. Promotor de Justiça em São Paulo.

Renan Flumian

Mestre em Filosofia do Direito pela Universidad de Alicante. Cursou a Session Annuelle D'enseignement do Institut International des Droits de L'Homme, a Escola de Governo da USP e a Escola de Formação da Sociedade Brasileira de Direito Público. Professor e Coordenador Acadêmico do IEDI. Autor e coordenador de diversas obras de preparação para Concursos Públicos e o Exame de Ordem. Advogado.

Renato Montans de Sá

Mestre e Especialista em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Coordenador do curso de Pós-graduação em Direito Processual Civil Moderno da Universidade Anhanguera-Uniderp/ Rede LFG. Professor da Rede LFG. Advogado.

Roberta Densa

Doutora em Direitos Difusos e Coletivos. Professora universitária e em cursos preparatórios para concursos Públicos e OAB. Autora da obra "Direito do Consumidor", 9ª edição publicada pela Editora Atlas.

Robinson Barreirinhas

Secretário Municipal dos Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo. Professor do IEDI. Procurador do Município de São Paulo. Autor e coautor de mais de 20 obras de preparação para concursos e OAB. Ex-Assessor de Ministro do STJ.

Savio Chalita

Advogado. Mestrando em Direitos Sociais. Professor de cursos preparatórios para Exame de Ordem e Concursos Públicos. Editor do blog www.comopassarnaoab.com.

Teresa Melo

Procuradora Federal. Assessora de Ministro do STJ. Professora do IEDI.

Vanessa Tonolli Trigueiros

Analista de Promotoria. Assistente Jurídico do Ministério Público do Estado de São Paulo. Graduação em Direto pela PUC-Campinas. Pós-graduada em Direito Processual Civil pela UNISUL. Pós-graduada em Direito Processual Civil e Civil pela UCDB.

SUMÁRIO

AUTORES III

COMO USAR O LIVRO? XVII

1. DIREITO CIVIL www. 1

1. LIDB 1
2. GERAL 4
3. OBRIGAÇÕES 22
4. CONTRATOS 30
5. RESPONSABILIDADE CIVIL 46
6. COISAS 52
7. DIREITO DE VIZINHANÇA 63
8. CONDOMÍNIO 63
9. FAMÍLIA 67
10. SUCESSÕES 77
11. REGISTROS PÚBLICOS 81
12. QUESTÕES COMBINADAS 82

2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL 87

I - PARTE GERAL 87

1. PRINCÍPIOS DO PROCESSO CIVIL 87
2. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA 88
3. PARTES, PROCURADORES, SUCUMBÊNCIA, MINISTÉRIO PÚBLICO E JUIZ 92
4. PRAZOS PROCESSUAIS E ATOS PROCESSUAIS 95
5. LITISCONSÓRCIO E INTERVENÇÃO DE TERCEIROS 95
6. PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS, ELEMENTOS DA AÇÃO E CONDIÇÕES DA AÇÃO 99
7. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO. NULIDADES 100
8. TUTELA PROVISÓRIA 102
9. TEMAS COMBINADOS DA PARTE GERAL 104

II – PROCESSO DE CONHECIMENTO 105

10. PETIÇÃO INICIAL 105
11. CONTESTAÇÃO E REVELIA 108
12. PROVAS 109

www. Acesse o conteúdo on-line. Siga as orientações disponíveis na página I.

13. JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO E PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES....112
14. SENTENÇA, COISA JULGADA E AÇÃO RESCISÓRIA....112
15. TEMAS COMBINADOS DE PROCESSO DE CONHECIMENTO....114
III – CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO....114
16. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA....114
17. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA....116
18. PROCESSO DE EXECUÇÃO E EXPROPRIAÇÃO DE BENS....117
19. EMBARGOS DO DEVEDOR / À EXECUÇÃO....121
20. EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA....122
21. EXECUÇÃO FISCAL....123
IV – RECURSOS....123
22. TEORIA GERAL DOS RECURSOS....123
23. APELAÇÃO....126
24. RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO (RESP E RE)....127
25. OUTROS RECURSOS E TEMAS RECURSAIS COMBINADOS....127
V – PROCEDIMENTOS ESPECIAIS....128
26. POSSESSÓRIAS....128
27. MONITÓRIA....128
28. AÇÕES DE FAMÍLIA E SUCESSÕES....128
29. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, FEDERAL E DA FAZENDA PÚBLICA....129
30. PROCESSO COLETIVO....131
31. MANDADO DE SEGURANÇA E *HABEAS DATA*....*132*
32. ARBITRAGEM....133
33. OUTROS PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E PROCEDIMENTOS ESPECIAIS COMBINADOS....134
VI – TEMAS COMBINADOS DOS TÓPICOS ANTERIORES....136
34. TEMAS COMBINADOS ENTRE PROCESSOS E RECURSOS....136

3. DIREITO PENAL www. **139**

1. CONCEITO, FONTES E PRINCÍPIOS....139
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO....141
3. APLICAÇÃO DA LEI NO ESPAÇO....143
4. CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES....144
5. FATO TÍPICO E TIPO PENAL....146
6. CRIMES DOLOSOS, CULPOSOS E PRETERDOLOSOS....147
7. ERRO DE TIPO, DE PROIBIÇÃO E DEMAIS ERROS....148
8. TENTATIVA, CONSUMAÇÃO, DESISTÊNCIA, ARREPENDIMENTO E CRIME IMPOSSÍVEL....151
9. ANTIJURIDICIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES....155
10. CONCURSO DE PESSOAS....158
11. CULPABILIDADE E CAUSAS EXCLUDENTES....159
12. PENAS E SEUS EFEITOS....160

13. APLICAÇÃO DA PENA....166
14. *SURSIS*, LIVRAMENTO CONDICIONAL, REABILITAÇÃO E MEDIDAS DE SEGURANÇA....170
15. AÇÃO PENAL....172
16. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE EM GERAL....172
17. PRESCRIÇÃO....175
18. CRIMES CONTRA A PESSOA....176
19. CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO....182
20. CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL....188
21. CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA....191
22. CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA....192
23. OUTROS CRIMES DO CÓDIGO PENAL....197
24. CRIMES DA LEI DE DROGAS....197
25. CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE....201
26. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA....203
27. CRIMES CONTRA A ORDEM ECONÔMICA....204
28. CRIMES DE TRÂNSITO....204
29. ESTATUTO DO DESARMAMENTO....205
30. CRIME DE TORTURA....205
31. CRIMES DE ABUSO DE AUTORIDADE....206
32. CONTRAVENÇÕES PENAIS....206
33. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA....206
34. OUTROS CRIMES E CRIMES COMBINADOS DA LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE....207
35. TEMAS COMBINADOS DE DIREITO PENAL....215

4. DIREITO PROCESSUAL PENAL www. **223**

1. FONTES, PRINCÍPIOS GERAIS, EFICÁCIA DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO E NO ESPAÇO....223
2. INQUÉRITO POLICIAL....227
3. AÇÃO PENAL....231
4. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO....235
5. AÇÃO CIVIL....236
6. JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA. CONEXÃO E CONTINÊNCIA....237
7. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES....244
8. PROVAS....246
9. SUJEITOS PROCESSUAIS....252
10. CITAÇÃO, INTIMAÇÃO E PRAZOS....252
11. PRISÃO, MEDIDAS CAUTELARES E LIBERDADE PROVISÓRIA....254
12. PROCESSO E PROCEDIMENTOS....263
13. PROCEDIMENTO RELATIVO AOS PROCESSOS DA COMPETÊNCIA DO JÚRI....267
14. JUIZADOS ESPECIAIS....270

15. SENTENÇA, PRECLUSÃO E COISA JULGADA....272
16. NULIDADES....274
17. RECURSOS....275
18. *HABEAS CORPUS*, MANDADO DE SEGURANÇA E REVISÃO CRIMINAL....278
19. EXECUÇÃO PENAL....280
20. LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE....283
21. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS....288

5. DIREITO CONSTITUCIONAL www. **293**

1. PODER CONSTITUINTE....293
2. TEORIA DA CONSTITUIÇÃO E PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS....295
3. HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS....303
4. DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE....309
5. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS....322
6. DIREITOS SOCIAIS....336
7. NACIONALIDADE....338
8. DIREITOS POLÍTICOS....339
9. ORGANIZAÇÃO DO ESTADO....342
10. ORGANIZAÇÃO DO PODER EXECUTIVO....357
11. ORGANIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. PROCESSO LEGISLATIVO....360
12. DA ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO....378
13. DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA....391
14. DEFESA DO ESTADO....393
15. TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO....394
16. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA....395
17. ORDEM SOCIAL....398
18. TEMAS COMBINADOS....401

6. DIREITO ADMINISTRATIVO **407**

1. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO E PRINCÍPIOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO....407
2. PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA....410
3. ATOS ADMINISTRATIVOS....415
4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA....422
5. TERCEIRO SETOR....429
6. SERVIDORES PÚBLICOS....431
7. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA....441
8. BENS PÚBLICOS....447
9. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA PROPRIEDADE....452

10. RESPONSABILIDADE DO ESTADO 460
11. LICITAÇÃO 468
12. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 476
13. SERVIÇOS PÚBLICOS 479
14. PROCESSO ADMINISTRATIVO 485
15. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA 487
16. QUESTÕES COMBINADAS EM GERAL 490
17. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO 493
18. LEI ANTICORRUPÇÃO 493

7. DIREITO TRIBUTÁRIO www. **497**

1. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA 497
2. PRINCÍPIOS 500
3. IMUNIDADES 507
4. DEFINIÇÃO DE TRIBUTO E ESPÉCIES TRIBUTÁRIAS 510
5. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA – FONTES 515
6. VIGÊNCIA, APLICAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO 518
7. FATO GERADOR E OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA 519
8. LANÇAMENTO E CRÉDITO TRIBUTÁRIO 519
9. SUJEIÇÃO PASSIVA, CAPACIDADE E DOMICÍLIO 521
10. SUSPENSÃO, EXTINÇÃO E EXCLUSÃO DO CRÉDITO 526
11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES EM ESPÉCIE 533
12. TEMAS COMBINADOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES 538
13. GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO 542
14. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA, FISCALIZAÇÃO 543
15. DÍVIDA ATIVA, INSCRIÇÃO, CERTIDÕES 543
16. REPARTIÇÃO DE RECEITAS 544
17. AÇÕES TRIBUTÁRIAS 546
18. SIMPLES NACIONAL, MICROEMPRESAS – ME E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP 550
19. TEMAS COMBINADOS E OUTRAS MATÉRIAS 551

8. DIREITO EMPRESARIAL www. **557**

1. TEORIA GERAL 557
2. DIREITO SOCIETÁRIO 566
3. DIREITO CAMBIÁRIO 579
4. DIREITO CONCURSAL – FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO 587
5. CONTRATOS EMPRESARIAIS 598
6. PROPRIEDADE INDUSTRIAL 602

7. DIREITO DO CONSUMIDOR....605
8. TEMAS COMBINADOS....606

9. DIREITO DO CONSUMIDOR www. **609**

1. CONCEITO DE CONSUMIDOR E RELAÇÃO DE CONSUMO....609
2. PRINCÍPIOS E DIREITOS BÁSICOS....614
3. RESPONSABILIDADE PELO FATO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E PRESCRIÇÃO....618
4. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO DO PRODUTO OU DO SERVIÇO E DECADÊNCIA....621
5. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. RESPONSABILIDADE EM CASO DE GRUPO DE EMPRESAS....627
6. PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA....629
7. PRÁTICAS COMERCIAIS....630
8. PROTEÇÃO CONTRATUAL....637
9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA....641
10. RESPONSABILIDADE CRIMINAL....642
11. DEFESA DO CONSUMIDOR EM JUÍZO....643
12. SNDC E CONVENÇÃO COLETIVA....649
13. OUTROS TEMAS....650

10. DIREITO AMBIENTAL www. **653**

1. CONCEITOS BÁSICOS....653
2. DIREITO AMBIENTAL CONSTITUCIONAL....654
3. PRINCÍPIOS DO DIREITO AMBIENTAL....656
4. COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL....661
5. POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE....663
6. INSTRUMENTOS DA POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE....666
7. PROTEÇÃO DA FLORA. CÓDIGO FLORESTAL....677
8. RESPONSABILIDADE CIVIL AMBIENTAL....679
9. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA AMBIENTAL....687
10. RESPONSABILIDADE PENAL AMBIENTAL....690
11. BIOSSEGURANÇA....695
12. MEIO AMBIENTE URBANO....696
13. DIREITO AMBIENTAL INTERNACIONAL....697
14. RECURSOS MINERAIS....698
15. RECURSOS HÍDRICOS....699
16. OUTROS TEMAS E TEMAS COMBINADOS....701

11. DIREITO FINANCEIRO **707**

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS....707
2. LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA....708

3. RECEITA PÚBLICA 709
4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CRÉDITOS ADICIONAIS 711
5. PRECATÓRIOS 711
6. LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL 711
7. OUTROS TEMAS E COMBINADOS 712

12. DIREITO ECONÔMICO www. **715**

1. ORDEM ECONÔMICA NA CONSTITUIÇÃO. MODELOS ECONÔMICOS 715
2. INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO 717
3. SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 718
4. SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA – SBDC. LEI ANTITRUSTE 719
5. DIREITO ECONÔMICO INTERNACIONAL. MERCOSUL 723
6. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS 724

13. DIREITO PREVIDENCIÁRIO www. **725**

1. PRINCÍPIOS E NORMAS GERAIS 725
2. CUSTEIO 726
3. SEGURADOS, DEPENDENTES 728
4. BENEFÍCIOS 731
5. SERVIDORES PÚBLICOS 738
6. AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS 738
7. ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE 740
8. OUTROS TEMAS E MATÉRIAS COMBINADAS 741

14. DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE www. **747**

1. CONCEITOS BÁSICOS E PRINCÍPIOS 747
2. DIREITOS FUNDAMENTAIS 747
3. PREVENÇÃO 758
4. POLÍTICA E ENTIDADES DE ATENDIMENTO 758
5. MEDIDAS DE PROTEÇÃO 758
6. MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS E ATO INFRACIONAL – DIREITO MATERIAL 761
7. ATO INFRACIONAL – DIREITO PROCESSUAL 766
8. CONSELHO TUTELAR 769
9. CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 770
10. MINISTÉRIO PÚBLICO 771
11. ACESSO À JUSTIÇA 773
12. INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS 776
13. CRIMES 777

14. DECLARAÇÕES E CONVENÇÕES 777
15. TEMAS COMBINADOS E OUTROS TEMAS 778

15. DIREITO INTERNACIONAL www. **783**

1. DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO 783
2. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO 802

16. DIREITOS HUMANOS 815

1. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS 815
2. SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO ESPECÍFICA DOS DIREITOS HUMANOS 817
3. SISTEMA REGIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – SISTEMA INTERAMERICANO 820
4. DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 821
5. DIREITOS DOS REFUGIADOS 822
6. QUESTÕES COMBINADAS E OUTROS TEMAS 822

17. AGRÁRIO 827

1. CONCEITOS E PRINCÍPIOS DO DIREITO AGRÁRIO 827
2. TERRAS DEVOLUTAS 829
3. CONTRATOS AGRÁRIOS 829
4. USUCAPIÃO ESPECIAL RURAL 830
5. AQUISIÇÃO E USO DA PROPRIEDADE E DA POSSE RURAL 830
6. DESAPROPRIAÇÃO PARA A REFORMA AGRÁRIA 830

18. DIREITO URBANÍSTICO 833

1. INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA 833

19. DIREITO ELEITORAL www. **835**

1. PRINCÍPIOS, DIREITOS POLÍTICOS, ELEGIBILIDADE 835
2. INELEGIBILIDADE 839
3. SISTEMA ELEITORAL 843
4. ALISTAMENTO ELEITORAL, DOMICÍLIO 844
5. PARTIDOS POLÍTICOS, CANDIDATOS, SISTEMAS ELEITORAIS 846
6. ELEIÇÕES, VOTOS, APURAÇÃO, QUOCIENTES ELEITORAL E PARTIDÁRIO 850
7. PROPAGANDA ELEITORAL E RESTRIÇÕES NO PERÍODO ELEITORAL 855
8. PRESTAÇÃO DE CONTAS, DESPESAS, ARRECADAÇÃO, FINANCIAMENTO DE CAMPANHA 859
9. JUSTIÇA ELEITORAL 862
10. AÇÕES, RECURSOS, IMPUGNAÇÕES 866
11. CRIMES ELEITORAIS 877
12. CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS 881
13. COMBINADAS E OUTRAS MATÉRIAS 882

Como usar o livro?

Para que você consiga um ótimo aproveitamento deste livro, atente para as seguintes orientações:

1º Tenha em mãos um ***vademecum*** ou **um computador** no qual você possa acessar os textos de lei citados.

Neste ponto, recomendamos o **Vade Mecum de Legislação FOCO** – confira em www.editorafoco.com.br.

2º Se você estiver estudando a teoria (fazendo um curso preparatório ou lendo resumos, livros ou apostilas), faça as questões correspondentes deste livro na medida em que for avançando no estudo da parte teórica.

3º Se você já avançou bem no estudo da teoria, leia cada capítulo deste livro até o final, e só passe para o novo capítulo quando acabar o anterior; vai mais uma dica: alterne capítulos de acordo com suas preferências; leia um capítulo de uma disciplina que você gosta e, depois, de uma que você não gosta ou não sabe muito, e assim sucessivamente.

4º Iniciada a resolução das questões, tome o cuidado de ler cada uma delas **sem olhar para o gabarito e para os comentários**; se a curiosidade for muito grande e você não conseguir controlar os olhos, tampe os comentários e os gabaritos com uma régua ou um papel; na primeira tentativa, é fundamental que resolva a questão sozinho; só assim você vai identificar suas deficiências e "pegar o jeito" de resolver as questões; marque com um lápis a resposta que entender correta, e só depois olhe o gabarito e os comentários.

5º **Leia com muita atenção o enunciado das questões**. Ele deve ser lido, no mínimo, duas vezes. Da segunda leitura em diante, começam a aparecer os detalhes, os pontos que não percebemos na primeira leitura.

6º **Grife as palavras-chave, as afirmações e a pergunta formulada.** Ao grifar as palavras importantes e as afirmações você fixará mais os pontos-chave e não se perderá no enunciado como um todo. Tenha atenção especial com as palavras "correto", "incorreto", "certo", "errado", "prescindível" e "imprescindível".

7º Leia os comentários e **leia também cada dispositivo legal** neles mencionados; não tenha preguiça; abra o *vademecum* e leia os textos de leis citados, tanto os que explicam as alternativas corretas, como os que explicam o porquê de ser incorreta dada alternativa; você tem que conhecer bem a letra da lei, já que mais de 90% das respostas estão nela; mesmo que você já tenha entendido determinada questão, reforce sua memória e leia o texto legal indicado nos comentários.

8º Leia também os **textos legais que estão em volta** do dispositivo; por exemplo, se aparecer, em Direito Penal, uma questão cujo comentário remete ao dispositivo que trata de falsidade ideológica, aproveite para ler também os dispositivos que tratam dos outros crimes de falsidade; outro exemplo: se aparecer uma questão, em Direito Constitucional, que trate da composição do Conselho Nacional de Justiça, leia também as outras regras que regulamentam esse conselho.

9º Depois de resolver sozinho a questão e de ler cada comentário, você deve fazer uma **anotação ao lado da questão**, deixando claro o motivo de eventual erro que você tenha cometido; conheça os motivos mais comuns de erros na resolução das questões:

DL – "desconhecimento da lei"; quando a questão puder ser resolvida apenas com o conhecimento do texto de lei;

DD – "desconhecimento da doutrina"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da doutrina;

DJ – "desconhecimento da jurisprudência"; quando a questão só puder ser resolvida com o conhecimento da jurisprudência;

FA – "falta de atenção"; quando você tiver errado a questão por não ter lido com cuidado o enunciado e as alternativas;

NUT - "não uso das técnicas"; quando você tiver se esquecido de usar as técnicas de resolução de questões objetivas, tais como as da **repetição de elementos** ("quanto mais elementos repetidos existirem, maior a chance de a alternativa ser correta"), das **afirmações generalizantes** ("afirmações generalizantes tendem a ser incorretas" - reconhece-se afirmações generalizantes pelas palavras *sempre, nunca, qualquer, absolutamente, apenas, só, somente exclusivamente* etc.), dos **conceitos compridos** ("os conceitos de maior extensão tendem a ser corretos"), entre outras.

obs: se você tiver interesse em fazer um Curso de "Técnicas de Resolução de Questões Objetivas", recomendamos o curso criado a esse respeito pelo IEDI Cursos On-line: www.iedi.com.br.

10º Confie no **bom-senso**. Normalmente, a resposta correta é a que tem mais a ver com o bom-senso e com a ética. Não ache que todas as perguntas contêm uma pegadinha. Se aparecer um instituto que você não conhece, repare bem no seu nome e tente imaginar o seu significado.

11º Faça um levantamento do **percentual de acertos de cada disciplina** e dos **principais motivos que levaram aos erros cometidos**; de posse da primeira informação, verifique quais disciplinas merecem um reforço no estudo; e de posse da segunda informação, fique atento aos erros que você mais comete, para que eles não se repitam.

12º Uma semana antes da prova, faça uma **leitura dinâmica** de todas as anotações que você fez e leia de novo os dispositivos legais (e seu entorno) das questões em que você marcar "DL", ou seja, desconhecimento da lei.

13º Para que você consiga ler o livro inteiro, faça um bom **planejamento**. Por exemplo, se você tiver 30 dias para ler a obra, divida o número de páginas do livro pelo número de dias que você tem, e cumpra, diariamente, o número de páginas necessárias para chegar até o fim. Se tiver sono ou preguiça, levante um pouco, beba água, masque chiclete ou leia em voz alta por algum tempo.

14º Desejo a você, também, muita **energia**, **disposição**, **foco**, **organização**, **disciplina**, **perseverança**, **amor** e **ética**!

Wander Garcia e Ana Paula Dompieri Garcia

Coordenadores

1. Direito Civil

Gustavo Nicolau, Wander Garcia e Ana Paula Garcia

1. LIDB

1.1. EFICÁCIA DA LEI NO TEMPO

1.1.1. *VACATIO LEGIS*

(Magistratura/PE – 2013 – FCC) No caso de publicação para corrigir texto de lei publicado com incorreção,

(A) não haverá novo prazo de *vacatio legis* depois da nova publicação, se ocorrer antes de a lei ter entrado em vigor.

(B) tratando-se de lei já em vigor, as correções consideram-se lei nova.

(C) não se considerarão lei nova as correções, tenha ou não já entrado em vigor o texto incorreto.

(D) deverá, necessariamente, ser estabelecido um prazo para sua nova entrada em vigor, além de disciplinar as relações jurídicas estabelecidas antes da nova publicação.

(E) deve o conflito entre os textos ser resolvido pelo juiz por equidade, porque a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro não regula os efeitos da nova publicação de texto de lei.

A: incorreta, pois após a nova publicação começa novo prazo de *vacatio legis* (art. 1º, § 3º, da LINDB); **B:** correta, pois de pleno acordo com o art. 1º, § 4º, da LINDB; **C:** incorreta, pois "as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova" (art. 1º § 4º, da LINDB); **D:** incorreta, pois assim como qualquer lei nova, não existe a obrigatoriedade da *vacatio legis*, a qual só existirá se expressamente previsto em lei; **E:** incorreta, pois a equidade não está prevista na LINDB como sistema integrador, restringindo o uso em casos de omissões legislativas da analogia, dos costumes e dos princípios gerais de direito (art. 4º da LINDB). WG

Gabarito "B"

(Magistratura/SP – 2011 – VUNESP) Assinale a alternativa correta.

(A) Se durante a *vacatio legis* ocorrer nova publicação de texto de lei, destinada a correção, o prazo da obrigatoriedade, com relação à parte corrigida, começará a correr da nova publicação.

(B) Os direitos adquiridos na vigência de lei publicada com incorreções são atingidos pela publicação do texto corrigido.

(C) As correções a texto de lei em vigor consideram-se lei nova, tornando-se obrigatórias de imediato.

(D) A lei nova que estabelece disposições gerais a par das já existentes revoga a lei anterior.

(E) A lei nova que estabelece disposições especiais a par das já existentes revoga a lei anterior.

A: correta, conforme o texto do art. 1º, § 3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro – LIDB (Dec.lei 4.657/42); **B:** incorreta, pois "as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova" (art. 1º, § 4º, da LIDB), e, como é de conhecimento de todos, lei nova não pode retroagir para prejudicar direitos adquiridos (art. 5º, XXXVI, da CF; art. 6º, caput, da LIDB); **C:** incorreta; apesar tais correções serem consideradas lei nova, nem sempre suas disposições se tornam obrigatórias de imediato, pois pode haver *vacatio legis*; **D:** incorreta, pois, nesse caso, a lei nova NÃO revoga a lei anterior, conforme dispõe o art. 2º, § 2º, da LIDB; esse dispositivo significa que lei geral nova não revoga lei especial velha; **E:** incorreta, pois o dispositivo legal é no sentido de que "a lei nova que estabelece disposições GERAIS ou especiais a par das já existentes, NÃO revoga nem modifica a lei anterior" (art. 2º, § 2º, da LIDB). AG/WG

Gabarito "A"

(Magistratura/SP – 171º – VUNESP) Editada uma lei que não seja orçamentária ou tributária, que possui normatização específica:

(A) ela entra em vigor, no estrangeiro, quando admitida, 3 meses depois da publicação, e no País, 45 dias depois de publicada, se não contiver disposição expressa referente ao início de sua vigência.

(B) ela começa a existir com a promulgação, entrando em vigor com a publicação oficial.

(C) a *vacatio legis* é o intervalo entre a aprovação da lei e a sua entrada em vigor.

(D) no silêncio da lei editada, ela entra em vigor 60 dias após a data de sua publicação oficial.

Art. 1º da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro – LIDB, antiga Lei de Introdução ao Código Civil (Dec.-lei 4.657/42, cujo nome foi alterado pela Lei 12.376/10). AG/WG

Gabarito "A"

(Magistratura Federal/3ª região – 2011 – CESPE) Publicada lei de vigência imediata que revogou normas anteriores, houve o ajuizamento de ADI, tendo sido a referida lei declarada inconstitucional dois meses depois de sua publicação. Considerando essa situação hipotética, assinale a opção correta.

(A) Para preservar a segurança das relações, deve-se, como regra, manter a exigibilidade do título fundado na lei declarada inconstitucional.

GN questões comentadas por: **Gustavo Nicolau**

WG questões comentadas por: **Wander Garcia**

AG questões comentadas por: **Ana Paula Garcia**

AG/WG questões comentadas por: **Ana Paula Garcia e Wander Garcia**

(B) Em razão do princípio da obrigatoriedade simultânea, a lei teve vigência, por dois meses, em todo o território nacional e em outros países.

(C) A declaração de inconstitucionalidade deve afetar os atos praticados durante a vigência da lei, visto que, na hipótese, se admite, de acordo com o ordenamento nacional, repristinação.

(D) A declaração de inconstitucionalidade afeta a vigência da lei assim declarada da mesma forma que opera o esgotamento do prazo nas leis temporárias.

(E) Dada a declaração de inconstitucionalidade, a decisão afeta os atos praticados no período da *vacatio legis*.

A: incorreta, pois a lei declarada inconstitucional não pode produzir efeitos, ressalvada a hipótese de modulação de efeitos por decisão de 2/3 dos membros do STF (art. 27 da 9.868/99); **B:** incorreta, pois no silêncio da lei ela entrará em vigor 45 dias após sua publicação quando for aplicada no Brasil e três meses após sua publicação se tiver aplicação no território estrangeiro (ex: uma lei brasileira que regulamenta a votação de cidadãos brasileiros nas embaixadas); **C:** correta. A procedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade declara a norma como inconstitucional e como tal a mesma não pode produzir efeitos, inclusive o efeito de revogar a lei anterior. Com isso, a lei revogada volta a viger. É o chamado efeito repristinatório decorrente da decisão de inconstitucionalidade (art. 11 da Lei n.º 9.868/99). Cabe lembrar, porém, que o Supremo Tribunal Federal pode modular os efeitos de sua decisão de inconstitucionalidade por 2/3 dos seus membros, afastando tal efeito (art. 1º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro); **D:** incorreta, pois o efeito da declaração de inconstitucionalidade numa ADIN é – em regra – *ex tunc*, ao passo que a lei temporária continua vigendo para as relações que foram constituídas durante seu prazo; **E:** incorreta, pois na *vacatio legis* não há vigência da lei. GN

Gabarito "C"

(Magistratura Federal/1ª região – IX) Em face das proposições abaixo, assinale a única alternativa correta:

I. os termos interpretação e hermenêutica são tecnicamente sinônimos.

II. as disposições transitórias em uma lei nova, destinadas a dar um tratamento jurídico provisório a certas situações, em face da ab-rogação da lei anterior, constituem o que se denomina de segundo regime legislativo.

III. dá-se a retroatividade mínima (temperada ou mitigada), quando a lei nova atinge os efeitos futuros de atos anteriores à sua vigência.

IV. no Brasil, o princípio da irretroatividade é meramente legal.

(A) todas estão incorretas.

(B) somente a III está correta.

(C) somente a III e IV estão corretas.

(D) todas estão corretas.

I: incorreta, pois tais expressões não são sinônimas; **II:** incorreta, pois as disposições transitórias (previstas nos artigos 2.028 e seguintes do Código Civil) não se confundem com o segundo regime legislativo; **III:** correta, pois a retroatividade mínima é aquela que atinge apenas os efeitos de atos jurídicos celebrados antes de sua vigência, como é o caso de prestações futuras derivadas de um contrato anteriormente celebrado; **I** incorreta, pois tal princípio vem estampado também no art. 5º, XL, da Constituição Federal. GN

Gabarito "B"

1.1.2. VIGÊNCIA DA LEI NO TEMPO

(MAGISTRATURA/PB – 2011 – CESPE) À luz das disposições legais e da jurisprudência acerca da vigência e da eficácia da lei, assinale a opção correta.

(A) A norma declarada inconstitucional é nula *ab origine* e, em regra, não se revela apta à produção de efeito algum, sequer o de revogar a norma anterior, que volta a viger plenamente nesse caso.

(B) As regras de direito intertemporal, segundo as quais as obrigações devem ser regidas pela lei vigente ao tempo em que se constituíram, não são aplicáveis quando a obrigação tiver base extracontratual.

(C) O fato de, antes da entrada em vigor de determinada lei, haver nova publicação de seu texto para simples correção não é capaz, por si só, de alterar o prazo inicial de vigência dessa lei.

(D) Como, em regra, a lei vigora até que outra a modifique ou revogue, lei nova que estabeleça disposições especiais a par das já existentes revoga ou modifica a lei anterior.

(E) A repristinação ocorre com a revogação da lei revogadora e, salvo disposição em contrário, é amplamente admitida no sistema normativo pátrio.

A: correta, pois, como regra, o efeito da decisão que declara inconstitucional dada norma, exarada em ação que visa o controle concentrado de constitucionalidade, é *ex tunc*, ou seja, retroage, conforme interpretação a *contrario sensu* do disposto no art. 27 da Lei 9.868/99; **B:** incorreta, pois tanto as obrigações contratuais, como as extracontratuais são regidas pela lei vigente ao tempo em que se constituírem; porém, é bom lembrar que essa regra vale para reger a validade das obrigações; já, quanto aos efeitos das obrigações (ex: juros, correção monetária), são regidos pela lei que estiver em vigor quando os efeitos acontecerem, salvo se houver sido prevista pelas partes determinada forma de execução (art. 2.035 do CC); **C:** incorreta, pois se antes de a lei entrar em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação (art. 1º, § 3º, da LIDB); **D:** incorreta (art. 2º, § 2º, da LIDB); **E:** incorreta (art. 2º, § 3º, da LIDB). AG/WG

Gabarito "A"

(Magistratura/SP – 179º – VUNESP) Considere as seguintes afirmações:

I. as leis, atos e sentenças de outro país terão eficácia no Brasil, quando não ofenderem a soberania nacional e a ordem pública, ainda que atentem contra os bons costumes;

II. a lei nova, que estabeleça disposições gerais e especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior;

III. a lei destinada à vigência temporária terá vigor até que outra a revogue;

IV. as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Pode-se afirmar que são corretas apenas

(A) I, II e III.

(B) II e IV.

(C) II.

(D) I, II e IV.

I: incorreta (art. 17 da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro - LIDB); **II:** correta (art. 2º, § 2º, da LIDB); **III:** incorreta (art. 2º, *caput*, da LIDB); **I** correta (art. 1º, § 4º, da LIDB). AG/WG
Gabarito "B"

(Magistratura/SP – 173º – VUNESP) Assinale a alternativa incorreta:

(A) É preciso não olvidar que uma norma não mais vigente, por ter sido revogada, não poderá continuar vinculante, nem com vigor para os casos anteriores à sua revogação. A norma não poderá ser eficaz, porque revogada.

(B) A irretroatividade da lei é um princípio constitucional, apesar de não ser absoluto, já que as normas poderão retroagir, desde que não ofendam coisa julgada, direito adquirido e ato jurídico perfeito.

(C) A nova lei sobre prazo prescricional aplica-se desde logo se o aumentar, embora deva ser computado o lapso temporal já decorrido na vigência da norma revogada. Se o encurtar, o novo prazo de prescrição começará a correr por inteiro a partir da lei revogadora. Se o prazo prescricional já se ultimou, a nova lei que o alterar não o atingirá.

(D) Quando o legislador derroga ou ab-roga uma lei que revogou a anterior, surge a questão de se saber se a norma que fora revogada fica restabelecida, recuperando sua vigência, independentemente de declaração expressa. Mas, pela LIDB, a lei revogadora de outra lei revogadora não terá efeito repristinatório sobre a velha norma abolida, a não ser que haja pronunciamento expresso da lei a esse respeito.

A: a alternativa está incorreta, pois esquece a ultratividade da lei; a lei revogada deixa de ter vigência, mas ainda tem vigor para regular, por exemplo, efeitos ocorridos sob sua égide; **B:** a Constituição proíbe a retroação que prejudique, mas não a que beneficie (art. 5º, XXXVI, da CF); **C:** art. 2.028 do CC; **D:** art. 2º, § 3º, da LIDB. AG/WG
Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 4ª Região – X) Sobre a eficácia da lei no tempo, assinalar a alternativa INCORRETA.

(A) A revogação expressa pode ser geral (derrogação) ou parcial (ab-rogação).

(B) Ocorre revogação tácita quando existe incompatibilidade entre os dispositivos da nova lei com os da lei anterior.

(C) No sistema legal brasileiro, a continuada inobservância ou o desuso da lei não acarretam sua revogação.

(D) A lei posterior, que inova disposições gerais ou especiais, a par das existentes, não revoga nem modifica a lei anterior, a menos que assim o estabeleça.

A revogação expressa pode ser total (ab-rogação) ou parcial (derrogação). GN
Gabarito "A"

(Magistratura Federal – 3ª Região – XI) A lei nova que estabelecer disposições gerais:

(A) a par de leis especiais já existentes a estas não revoga;

(B) sempre revogará as leis especiais anteriores sobre a mesma matéria;

(C) somente pode revogar a lei geral anterior, continuando vigentes todas as leis especiais;

(D) apenas revoga as leis especiais às quais expressamente se referiu.

Art. 2º, § 2º, da LIDB. GN
Gabarito "A"

1.1.3. REPRISTINAÇÃO

(Magistratura/AM – 2013 – FGV) O fenômeno da repristinação consiste

(A) na revogação parcial de uma lei.

(B) na restauração da vigência de uma lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência, e somente ocorre em virtude de disposição expressa que a preveja.

(C) na restauração da vigência de uma lei revogada, por ter a lei revogadora perdido a vigência, e ocorre independentemente de disposição expressa que a preveja.

(D) na extinção da obrigatoriedade de lei temporária.

(E) na revogação de uma lei por outra que regule inteiramente a matéria de que tratava a anterior.

A: incorreta, porque a alternativa trata da derrogação, que é a revogação parcial de uma lei; **B:** correta, pois repristinação é o fenômeno que restaura a vigência de uma lei revogada, devido ao fato de sua lei revogadora ter sido revogada. Assim, a primeira lei é revogada pela segunda que, por sua vez, é revogada pela terceira. Essa terceira lei – ao revogar a segunda – restauraria então a vigência da primeira. Isso é possível no nosso sistema, desde que esta última lei da cadeia sucessória tenha expressamente determinado a restauração da primeira (art. 2º, § 3º, da LINDB); **C:** incorreta, pois não há repristinação automática em nosso sistema; **D:** incorreta, pois a extinção da obrigatoriedade da lei provisória não guarda relação com o fenômeno da repristinação; **E:** incorreta, pois a assertiva refere-se à revogação global (ab-rogação), a qual ocorre quando uma nova lei regulamenta inteiramente a matéria abordada noutra lei. GN
Gabarito "B"

(Magistratura/PE – 2011 – FCC) No Direito brasileiro vigora a seguinte regra sobre a repristinação da lei:

(A) não se destinando a vigência temporária, a lei vigorará até que outra a modifique ou revogue.

(B) se, antes de entrar em vigor, ocorrer nova publicação da lei, destinada a correção, o prazo para entrar em vigor começará a correr da nova publicação.

(C) as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

(D) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

A: incorreta, pois a afirmativa, prevista no art. 2º, *caput*, da LIDB, não diz respeito à repristinação, mas ao princípio da continuidade das leis; **B** e **C:** incorretas, pois as afirmativas, previstas no art. 1º, §§ 3º e 4º, da LIDB, não dizem respeito à repristinação, mas aos efeitos de nova publicação corretiva de uma lei; **D:** correta, pois a norma citada, prevista no art. 2º, § 3º, da LIDB, cuida justamente do instituto da repristinação; **E:** incorreta, pois a afirmativa, prevista no art. 2º, § 2º, da LIDB, não diz respeito à repristinação, mas sim à regra de que a lei geral nova não revoga lei especial anterior. AG/WG
Gabarito "D"

(Magistratura Federal/3.ª Região – 10º) Por "repristinação" deve-se entender que:

(A) a lei nova tem sua vigência suspensa até o implemento da condição nela estipulada para sua eficácia plena.

(B) a lei não incide duplamente sobre o mesmo fato.

(C) a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

(D) a lei posterior produz efeitos imediatos revogando as leis com ela incompatíveis.

Art. 2º, § 3º, da LIDB. GN

Gabarito "C"

1.1.4. IRRETROATIVIDADE DAS LEIS

(Magistratura Federal – 4ª Região – X) Sobre a eficácia da lei no tempo (retroatividade das leis), assinalar a alternativa INCORRETA.

(A) Deve-se entender por irretroatividade da lei o princípio segundo o qual esta se aplicará somente aos atos futuros, como tais entendidos aqueles ocorridos após sua promulgação.

(B) O direito que só poderá ser exercido após o advento de um termo preestabelecido ou a ocorrência de determinada condição inalterável não pode ser prejudicado por uma lei nova.

(C) A nova lei, que estabelece princípios de direito público ou de ordem pública, não poderá atingir quaisquer direitos individuais cujo titular já possa exercê-los, ou para cujo início de exercício exista termo prefixado, porque tais direitos reputam-se adquiridos.

(D) Se o exercício do direito depende da ocorrência de evento condicional suspensivo, sem que o advento da condição possa estar na dependência da vontade de terceiro, reputa-se adquirido tal direito e a nova lei não o poderá prejudicar.

A: correta; os atos futuros são os atos ocorridos após sua entrada em vigor; **B** a **D:** incorretas; art. 6º, § 2º, da LIDB. GN

Gabarito "A"

1.2. INTERPRETAÇÃO DA LEI

(Magistratura/PI – 2011 – CESPE) O fato de um juiz, transcendendo a letra da lei, utilizar de raciocínio para fixar o alcance e a extensão da norma a partir de motivações políticas, históricas e ideológicas caracteriza o exercício da interpretação:

(A) teleológica.

(B) sistemática.

(C) histórica.

(D) lógica.

(E) doutrinária.

A: incorreta, pois a interpretação teleológica é a que busca alcançar os fins sociais almejados pela norma. Trata-se da aplicação da teleologia, doutrina que se fundamenta na ideia de finalidade; **B:** incorreta, pois pela interpretação sistemática busca-se extrair da norma seu melhor significado através do auxílio de todo sistema jurídico, analisando outros diplomas legislativos pátrios, leis e códigos, observando o Direito como um sistema harmônico; **C:** incorreta, pois a interpretação histórica é a que busca o "occasio leggis", ou seja, o período histórico no qual a lei foi elaborada, desenvolvida e aprovada. Busca-se a razão do surgimento da norma, o andamento de seu processo legislativo, emendas, correções até sua aprovação final pelo Presidente da República; **D:** correta, pois a interpretação lógica analisa a letra da lei com o auxílio de raciocínio lógico, análise do período histórico, ideologia dominante etc.; **E:** incorreta, pois tal interpretação é aquela realizada pelos estudiosos, em suas obras, teses e ensaios acadêmicos. GN

Gabarito "D"

1.3. LACUNAS E INTEGRAÇÃO DA LEI

(Magistratura/SP – 174º – VUNESP) O art. 4º da Lei de Introdução ao Código Civil, ao dispor que, ante a omissão da lei, o juiz decidirá de acordo com a analogia e os costumes, é norma:

(A) dirigida exclusivamente ao campo do Direito Privado.

(B) dirigida a todos os campos do Direito Positivo.

(C) que se aplica ao campo do Direito Privado, mas não a todos os campos do Direito Positivo.

(D) que se aplica a todos os campos do Direito Positivo, com exceção do Direito Penal.

De fato, há normas específicas em matéria de Direito Penal e Direito Tributário, por exemplo. AG/WG

Gabarito "C"

2. GERAL

2.1. PESSOAS NATURAIS

2.1.1. INÍCIO DA PERSONALIDADE E NASCITURO

(Magistratura Federal/1ª região – IX) Tendo em conta as proposições abaixo, assinale a alternativa correta:

I. um louco, como tal interditado, conserva a personalidade, mas perde a capacidade de direito.

II. o *concepturus*, beneficiado por fideicomisso, é um sujeito de direitos por ficção legal.

III. a autorização se distingue da assistência porque imprescinde da cooperação, simultânea ao ato, da pessoa que a concede.

IV. como toda pessoa é capaz de ter direitos, a capacidade de direito, na prática, se confunde com a capacidade de fato.

(A) somente a IV está correta.

(B) somente a I e III estão incorretas.

(C) todas estão incorretas.

(D) somente a II está correta.

I: incorreta, pois a capacidade de direito é atribuída a todos os seres humanos, conforme art. 1º do Código Civil; **II:** correta, pois o concepturo é o ser que ainda nem foi concebido, mas já pode ser beneficiário de disposições testamentárias, desde que nasça até dois anos após a abertura da sucessão (art. 1.799, I e 1.800, § 4º). O mesmo concepturo pode ser contemplado em substituição testamentária fideicomissária, sendo que nos dois casos ele é um sujeito de direito, observadas as peculiaridades de sua situação; **III:** incorreta, pois somente a assistência envolve a cooperação simultânea ao ato praticado; **I** incorreta, pois a capacidade de fato ou de exercício é a aptidão para exercer pessoalmente os atos da vida civil e ela não é outorgada às pessoas previstas nos artigos 3º e 4º do Código Civil. GN

Gabarito "D"

2.1.2. EMANCIPAÇÃO

(Magistratura/SP – 174º – VUNESP) A emancipação civil, no regime legal ora vigente:

(A) é ato exclusivo dos pais, conjuntamente, ou, na falta de um deles, por morte ou interdição, ato do outro genitor, fazendo cessar a incapacidade relativa do filho.

(B) quando outorgada pelos pais, ou por um deles, depende de escritura pública.

(C) depende sempre de decisão judicial.

(D) pode ser outorgada por escritura pública ou particular.

Art. 5º, p. ún., I, do CC. AG/WG

Gabarito "B"

2.1.3. AVERBAÇÕES

(Magistratura/AM – 2013 – FGV) Para efeito da Lei 6.015/1973, assinale a afirmativa correta.

(A) Os índios, integrados ou não, estão obrigados a inscrição do nascimento.

(B) Os gêmeos que tiverem o prenome igual deverão ser inscritos com duplo prenome ou nome completo diverso, de modo que possam distinguir-se.

(C) No registro civil de pessoas jurídicas serão inscritos os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromissos das sociedades civis, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública, excetuadas, em todos os casos, as religiosas.

(D) No registro de imóveis não será feita a inscrição do penhor de máquinas e de aparelhos utilizados na indústria, instalados e em funcionamento, com os respectivos pertences.

(E) No direito brasileiro, vigora a regra da imutabilidade ou definitividade do nome civil, que não admite exceções.

A: incorreta, pois apenas os índios integrados é que estão obrigados à inscrição do nascimento (art. 50, § 2º, da Lei 6.015/1973); **B:** correta, pois a assertiva reproduz com precisão a regra estabelecida no art. 63 da Lei 6.015/1973; **C:** incorreta, pois o art. 114, I, da Lei 6.015/1973 inclui as sociedades religiosas na obrigatoriedade do registro civil das pessoas jurídicas; **D:** incorreta, pois no registro de imóveis será feito o registro do penhor de máquinas (art. 167, I, 4, da Lei 6.015/1973); **E:** incorreta, pois há exceções à regra da imutabilidade do nome, abrangendo até mesmo possibilidades de alteração do prenome, como ocorre com o erro gráfico, adoção, nomes que possam levar ao ridículo, por exemplo. GN

Gabarito "B"

(Magistratura/AM – 2013 – FGV) Com relação ao procedimento de dúvida, em matéria de registro de imóveis, assinale a afirmativa correta.

(A) Integra a jurisdição voluntária.

(B) Dispensa o contraditório.

(C) Dispensa a participação do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei.

(D) A decisão final que o extingue não transita em julgado.

(E) A decisão final que o extingue impede o uso do processo contencioso correspondente.

A: correta, pois trata-se efetivamente de um procedimento de jurisdição voluntária; **B e C:** incorretas, pois a lei prevê a manifestação de ambas as partes, bem como do Ministério Público (arts. 198 e 200 da Lei 6.015/1973); **D:** incorreta, pois o art. 203 da Lei 6.015/1973 prevê o trânsito em julgado da decisão da dúvida; **E:** incorreta, pois o art. 204 da referida lei dispõe que: "A decisão da dúvida tem natureza administrativa e não impede o uso do processo contencioso competente". GN

Gabarito "A"

(Magistratura/AM – 2013 – FGV) Acerca dos serviços notariais e de registro, assinale a afirmativa correta.

(A) O tabelião de notas poderá livremente praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

(B) A escolha do tabelião de notas é livre, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio.

(C) A exigência de concurso púbico de provas e títulos se aplica ao ingresso na atividade notarial, mas não ao ingresso na atividade de registros públicos.

(D) Os notários são dotados de fé pública, mas não o são os oficiais de registro de imóveis.

(E) Os serviços notariais são exercidos, em caráter privado, por delegação do Poder Público e não estão sujeitos à fiscalização pelo Poder Judiciário.

A: incorreta, pois "o tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação" (art. 9º da Lei 8.935/1994); **B:** correta, pois as partes podem se deslocar até o tabelião que desejarem (art. 8º da Lei 8.935/1994); **C:** incorreta, pois o concurso público também é a forma de ingresso na atividade de registros públicos; **D:** incorreta, pois "notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro (art. 3º da Lei 8.935/1994); **E:** incorreta, pois há fiscalização do Poder Judiciário, conforme o art. 37 da Lei 8.935/1994. GN

Gabarito "B"

(Magistratura/RJ – 2013 – VUNESP) O princípio da continuidade registral estabelece que

(A) deve cada assento apoiar-se no anterior, formando um encadeamento histórico ininterrupto das titularidades jurídicas de cada imóvel, sendo que a omissão na cadeia registral causará nulidade dos registros que lhe seguirem.

(B) o imóvel, suas características, os direitos reais que nele incidirem, bem como o nome do proprietário deverão ser do conhecimento de todos, garantindo-se a continuidade.

(C) não poderão ser objeto de registro, para garantir a continuidade, os títulos apresentados que sejam inválidos, ineficazes ou imperfeitos.

(D) haverá preferência dos direitos reais, a qual será oponível perante terceiros, em relação àquele que primeiro apresentar seu título, garantindo-se a continuidade do registro prioritário.

O importante princípio da continuidade registral estabelece justamente a ideia de uma sequência lógica, contínua e ininterrupta na vida registral de um determinado imóvel. Apenas a assertiva A reflete com precisão a ideia traduzida pelo referido princípio. GN

Gabarito "A"

2.2. PESSOAS JURÍDICAS.

2.2.1. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

(Magistratura/DF – 2011) Verificado abuso da personalidade jurídica, a requerimento da parte ou do Ministério Público nos casos em que o Parquet deve intervir, o juiz pode decidir no sentido de que "os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica". Assim, considere as proposições abaixo e assinale a incorreta:

(A) O encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar abuso de personalidade jurídica;

(B) A aplicação da teoria da desconsideração, descrita no artigo 50 do atual Código Civil, imprescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica;

(C) As pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica;

(D) A teoria da desconsideração, prevista no artigo 50 do vigente Código Civil, pode ser invocada pela pessoa jurídica em seu favor.

A: assertiva correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 282; **B:** assertiva incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração PRESCINDE (= não precisa) da demonstração de insolvência da pessoa jurídica, conforme o Enunciado CJF 281; **C:** assertiva correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 284; **D:** assertiva correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 285. AG/WG

Gabarito "B"

(Magistratura/RJ – 2011 – VUNESP) Para ser reconhecida a desconsideração da personalidade jurídica, no Código Civil, é necessário:

(A) abuso da pessoa jurídica, mediante sua utilização por dolo do titular da empresa, caracterizado pela má administração.

(B) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.

(C) abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade e pela confusão patrimonial.

(D) negligência dos administradores, mesmo quando não exerçam o cargo de diretores, caracterizando-se no desvio de finalidade.

A: incorreta, pois a má administração por si só não é – para a letra da lei – motivo suficiente para se aplicar a desconsideração da personalidade jurídica; **B:** correta, pois a conjunção alternativa "ou" é a mesma utilizada no art. 50 do Código Civil, a demonstrar que não se exige cumulação das hipóteses para aplicação da teoria da desconsideração; **C:** incorreta, pois a conjunção aditiva "e" não se adéqua à redação do art. 50; **D:** incorreta, pois a negligência dos administradores não se confunde com o desvio da finalidade da pessoa jurídica. GN

Gabarito "B"

(Magistratura Federal-5ª Região – 2011) A respeito da teoria da desconsideração da personalidade jurídica, assinale a opção correta.

(A) Pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos não são atingidas pela referida teoria.

(B) É possível que a própria pessoa jurídica invoque em seu favor a teoria da desconsideração.

(C) O encerramento irregular da pessoa jurídica basta para caracterizar o abuso da personalidade jurídica.

(D) Para a aplicação dessa teoria, é crucial que se comprove a insolvência da pessoa jurídica.

(E) Por ser necessariamente interpretada de forma estrita, essa teoria não é admitida na forma inversa.

A: incorreta, pois pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos ou de fins não econômicos estão abrangidas no conceito de abuso da personalidade jurídica (Enunciado CJF 284); **B:** correta, pois reproduz o texto do Enunciado CJF 285; **C:** incorreta, pois o encerramento irregular das atividades da pessoa jurídica, por si só, não basta para caracterizar o abuso da personalidade jurídica (Enunciado CJF 282); **D:** incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração não requer a demonstração de insolvência da pessoa jurídica (Enunciado CJF 281); **E:** incorreta, pois é cabível a desconsideração da personalidade jurídica denominada "inversa" para alcançar bens de sócio que se valeu da pessoa jurídica para ocultar ou desviar bens pessoais, com prejuízo a terceiros (Enunciado CJF 283). GN

Gabarito "B"

(Juiz–TRF 3ª Região – 2016) Relativamente às pessoas jurídicas, marque a alternativa correta:

(A) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões se tomarão, em qualquer caso, pela maioria de votos dos presentes.

(B) Compete privativamente às assembleias gerais das associações a destituição e a eleição dos administradores, bem como a alteração dosestatutos.

(C) Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante, independentemente do que dispuser o instituidor.

(D) É obrigatória a inclusão de norma estatutária nas associações que preveja o direito de recorrer dos associados na hipótese de suaexclusão.

A: incorreta, pois em que pese essa ser a regra, a lei (CC, art. 48) admite disposição contrária;**B:** incorreta, pois a assembleia geral não tem competência para eleger administradores (CC, art. 59); **C:** incorreta, pois o instituidor pode dispor de modo contrário (CC, art. 63); **D:** correta, pois de acordo com a previsão do art. 57 do CC.GN

Gabarito "D"

2.2.2. CLASSIFICAÇÕES DAS PESSOAS JURÍDICAS

(Magistratura/PE – 2013 – FCC) São pessoas jurídicas de direito privado, segundo o Código Civil,

(A) os partidos políticos e as empresas individuais de responsabilidade limitada.

(B) as fundações e os condomínios em edificação.

(C) as pessoas jurídicas que forem regidas pelo direito internacional público, quando as respectivas sedes se acharem em países estrangeiros.

(D) as associações, inclusive as associações públicas, em razão da atividade que exercerem.

(E) as organizações religiosas e as autarquias.

A: correta, pois de pleno acordo com o disposto no art. 44 do Código Civil; **B:** incorreta, pois os condomínios edilícios não apresentam natureza de pessoa jurídica, constituindo um exemplo de ente despersonalizado; **C:** incorreta, pois o art. 42 do CC define tais pessoas como pessoas jurídicas de direito público; **D** e **E:** incorretas, pois as associações públicas e as autarquias não são pessoas jurídicas de direito privado, mas sim pessoas jurídicas de direito público interno (art. 41, IV, do CC). WG

Gabarito "A"

(Magistratura Federal-4ª Região – 2010) Assinale a alternativa correta. Os partidos políticos são:

(A) Pessoas jurídicas de direito público interno.

(B) Pessoas jurídicas de direito público externo.

(C) Pessoas jurídicas de direito privado.

(D) Não são pessoas jurídicas.

(E) Todas as alternativas anteriores estão incorretas.

Art. 44, V, do CC. GN

Gabarito "C"

2.2.3. ASSOCIAÇÕES

(Magistratura/RO – 2011 – PUCPR) Acerca das pessoas jurídicas, assinale a única alternativa **CORRETA.**

(A) As associações se organizam para fins não econômicos, estabelecendo em seus estatutos, entre outros, os direitos e deveres dos associados e direitos e deveres recíprocos entre a pessoa dos associados.

(B) As pessoas jurídicas elencadas no Código Civil são de direito público, interno ou externo, e de direito privado. Entre elas encontram-se as organizações religiosas.

(C) Para alterar estatuto da fundação, a reforma deverá ser deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representá-la. Se aprovada por quatro quintos, em face da ampla maioria, ao submeter o estatuto ao órgão do Ministério Público, é desnecessário o requerimento de ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser.

(D) O prazo para anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, decai em dois anos, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.

(E) Os associados devem ter iguais direitos, vedado ao estatuto da associação instituir categorias com vantagens especiais.

A: incorreta, pois nas associações não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos (art. 53, par. único, do CC); **B:** correta, pois a alternativa reflete o disposto nos arts. 40 e 44, IV, do CC; **C:** incorreta, pois quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias (art. 68 do CC); **D:** incorreta, pois decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro (art. 45, par. único, do CC); **E:** incorreta, pois embora os associados devam ter iguais direitos, o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais (art. 55 do CC). AG/WG

Gabarito "B"

2.2.4. TEMAS COMBINADOS DE PESSOA JURÍDICA

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) A respeito das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

(A) A quebra de *affectio societatis* mostra-se causa suficiente à exclusão de sócio minoritário.

(B) As novas disposições sobre a desconsideração da personalidade jurídica constantes no Código Civil implicaram mudança nas disposições relativas a essa matéria constantes no CDC.

(C) A fundação constituída *inter vivos* será extinta se o instituidor não lhe transferir a propriedade do bem dotado.

(D) Na transformação, é extinta a personalidade anterior à alteração para o novo modelo societário.

(E) Na interpretação das normas relativas à empresa, deve-se considerar o princípio da função social.

A: incorreta, pois a exclusão do sócio minoritário exige outros requisitos que não apenas a quebra da "*affectio societatis*"; **B:** incorreta, pois a aplicação do art. 28 do CDC é paralela e não conflitante com a do CC, tendo em vista seu específico campo de atuação nas relações consumeristas; **C:** incorreta, pois segundo o art. 64 do Código Civil o instituidor é obrigado a transferir a propriedade dos bens dotados e – caso não o faça – mandado judicial determinará que o seja feito; **D:** incorreta, pois na transformação não se extingue a personalidade da pessoa jurídica, alterando-se apenas o tipo societário (Lei 6.404, art. 220); **E:** correta, pois a função social é vetor interpretativo de toda legislação, especialmente no campo empresarial, tendo em vista o alcance e a repercussão econômica da empresa no contexto social. GN

Gabarito "E"

(MAGISTRATURA/PB – 2011 – CESPE) A respeito das pessoas naturais e das pessoas jurídicas, assinale a opção correta.

(A) O Código Civil não prevê hipótese de convalescência de defeitos relativos ao ato de constituição de pessoa jurídica de direito privado.

(B) De acordo com o que dispõe o Código Civil, se a administração da pessoa jurídica vier a faltar por ato voluntário ou involuntário do administrador, o juiz deverá nomear, de ofício, administrador provisório.

(C) Para a aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica, é imprescindível a demonstração de insolvência da pessoa jurídica.

(D) O menor relativamente incapaz pode aceitar mandato, independentemente da presença de assistente.

(E) Não se admite a invalidação de negócios jurídicos praticados pela pessoa antes de sua interdição.

A: incorreta, pois "decai em três anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro" (art. 45, p. ún., do CC); dessa forma, passados os três anos, há convalescência dos defeitos; **B:** incorreta, pois o juiz, a requerimento de qualquer interessado (e não de ofício), nomeará administrador provisório (art. 49 do CC); **C:** incorreta, pois a aplicação da teoria da desconsideração,

descrita no art. 50 do Código Civil, prescinde da demonstração de insolvência da pessoa jurídica (Enunciado CJF 281); **D:** correta (art. 666 do CC); **E:** incorreta, pois é admitida a invalidação de negócios jurídicos praticados por incapaz antes de sua interdição; porém, será necessário demonstrar que a incapacidade existia ao tempo do negócio; já os negócios praticados pelo incapaz após a interdição são automaticamente nulos, independentemente de demonstração da persistência da incapacidade. AG/WG

Gabarito "D"

2.3. DOMICÍLIO

(Magistratura/PE – 2011 – FCC) A pessoa jurídica "X" que tem sede na Capital do Estado e estabelecimento em diversos municípios do interior, em um desses municípios contratou os serviços da oficina mecânica "Y" para manutenção de seus veículos mas não pagou pelos serviços prestados. Tendo "Y" de demandar a devedora no domicílio dela, é possível ajuizar a ação

(A) somente na Capital do Estado, porque nela se encontra a sede da devedora.

(B) em qualquer comarca, dentro da qual a devedora possua estabelecimento.

(C) na comarca a que pertencer o município no qual o contrato foi celebrado.

(D) apenas na comarca a que pertencer o município onde se encontrar o principal estabelecimento da devedora.

(E) em qualquer comarca do Estado, de livre escolha do credor, porque o domicílio na Capital estende seus efeitos para todo o limite territorial do Estado.

Tendo a pessoa jurídica "X" diversos estabelecimentos em lugares diferentes, cada um deles será considerado domicílio para os atos nele praticados (art. 75, § 1º, do CC). Assim, a ação será ajuizada na comarca do estabelecimento em que foi celebrado o contrato. AG/WG

Gabarito "C"

(Magistratura/RJ – 2013 – VUNESP) Conforme o Código Civil, tem domicílio necessário

(A) a pessoa jurídica de direito privado, onde estiver sua sede.

(B) o marítimo, onde o navio estiver ancorado.

(C) o servidor público, no lugar onde exercer suas funções, ainda que não permanentemente.

(D) o preso, onde cumprir a sentença.

A: incorreta, pois o domicílio, nesse caso, é o lugar onde funcionarem as respectivas diretorias e administrações, ou onde elegerem domicílio especial no seu estatuto ou atos constitutivos (art. 75, IV, do CC); **B:** incorreta, pois o domicílio do marítimo é o local da matrícula do navio (art. 76, parágrafo único, do CC); **C:** incorreta, pois será considerado domicílio do servidor público o local onde exercer suas funções de forma permanente (art. 76, parágrafo único, do CC); **D:** correta, pois de pleno acordo com o disposto no art. 76, parágrafo único, do CC. GN

Gabarito "D"

(Magistratura Federal/3ª região – 2011 – CESPE) Considerando que Paulo resida com sua família em Jaú-SP, seja sócio-proprietário de uma empresa de construção em Marília-SP e trabalhe como corretor de imóveis em Bauru-SP, assinale a opção correta no que se refere ao domicílio, em face da discussão da validade de modificação do contrato social da empresa de construção.

(A) Qualquer um dos três municípios pode ser considerado domicílio.

(B) Deve ser considerado domicílio o município de Jaú, local da residência de Paulo, visto que, na legislação civil, é adotada a teoria da unidade de domicílio.

(C) Bauru será o domicílio adequado caso a corretagem seja a principal atividade profissional de Paulo.

(D) Será domicílio o local em que Paulo for efetivamente encontrado quando da discussão da questão.

(E) Como a questão envolve o contrato social da empresa de construção, Marília deve ser considerada domicílio de Paulo.

A questão envolve o conceito de domicílio, cujo conceito padrão é o de residência com ânimo definitivo. Na hipótese aventada pela questão, porém, a discussão do local do domicílio gravita em torno da discussão da validade da alteração do contrato social. Para tal fim, deve-se aplicar o disposto no art. 72 do Código Civil, para o qual "é também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida". GN

Gabarito "E"

2.4. DIREITOS DA PERSONALIDADE E NOME

(Juiz – TRF 2ª Região – 2017) Caio, autor de romance histórico, cede os seus direitos patrimoniais sobre tal obra, em caráter pleno, total e definitivo, em favor da Editora Ufijota. No entanto, Caio falece em 2009, três anos após a citada cessão, sem deixar qualquer herdeiro. Assinale a opção correta:

(A) A cessão de direitos patrimoniais, sem limitação de tempo, é nula de pleno direito e, em virtude do falecimento sem herdeiros, a possibilidade de reprodução da obra está em domínio público.

(B) A cessão de direitos patrimoniais está limitada ao máximo de 5 anos e, após tal prazo, diante da falta de herdeiros, a possibilidade de exploração da obra está em domínio público.

(C) Os direitos patrimoniais cedidos, em princípio, apenas estarão em domínio público a partir do ano2080.

(D) A cessão é válida, mas, a partir do falecimento, a Editora e qualquer outro interessado podem reproduzir a obra, livremente.

(E) Após o domínio público da obra, em 2019, qualquer interessado pode reproduzi-la, modificá-la e a ela acrescer trechos, simplificar a escrita e a sua visão filosófica, pois cessados os direitos morais, por falta de ente legitimado a tutelá-los.

O art. 41 da Lei 9.610/1998 (Lei de Direitos Autorais) impõe o prazo de setenta anos para que os direitos patrimoniais caiam em domínio público. Tal prazo é contado a partir de 1° de janeiro do ano subsequente ao falecimento. No caso apresentado na questão, a morte ocorreu em 2009 e o prazo de setenta anos deve ser contado a partir de 2010, resultando então em 2080. GN

Gabarito "C"

(Juiz – TJ-SC – FCC – 2017) *De nossa parte, lembramos ainda a já afirmada função identificadora do pseudônimo, relativamente à esfera de ação em que é usado, o que, sem dúvida, é um traço distintivo do falso nome, que, evidentemente, embora, em certas circunstâncias, possa*

vir também a exercer papel semelhante, não é usado com essa finalidade, senão com a de frustrar qualquer possibilidade de identificação.

(R. Limongi França. **Do Nome Civil das Pessoas Naturais,** p. 542. 3. ed. São Paulo. Revista dos Tribunais, 1975).

Essa afirmação é:

(A) compatível com o direito brasileiro, em virtude de omissão da lei a respeito da proteção de pseudônimo, apenas aplicando-se analogicamente a regra pertinente aos apelidos públicos notórios.

(B) parcialmente compatível com o direito brasileiro, que confere proteção ao pseudônimo, em qualquer atividade.

(C) incompatível com o direito brasileiro, que só confere proteção ao pseudônimo em atividades artísticas ou intelectuais.

(D) compatível com o direito brasileiro, porque o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.

(E) parcialmente compatível com o direito brasileiro, que não distingue a proteção do nome da proteção do pseudônimo.

O pseudônimo é um nome alternativo, normalmente utilizado por escritores, autores de obras, artistas e poetas que não querem se identificar. Chico Buarque utilizava, por exemplo, o pseudônimo Julinho da Adelaide. Alexander Hamilton, James Madison e John Jay escreveram o famoso "O Federalista" sob o pseudônimo de Plubius. Desde que adotado para fins lícitos, o pseudônimo recebe da lei a mesma proteção dada ao nome (CC, art. 19).(GN)

Gabarito "D"

(Magistratura/BA – 2012 – CESPE) No que concerne a direitos autorais, assinale a opção correta.

(A) Direitos conexos aos do autor não gozam de proteção no direito autoral.

(B) À obra de gênero diferente pode ser dado título de obra já existente.

(C) A constituição do direito autoral ocorre com o registro da obra.

(D) O autor da obra feita sob encomenda não gozará de forma plena dos direitos autorais.

(E) A omissão do nome do autor na obra implica presunção relativa de anonimato.

A: incorreta, pois o art. 89 da Lei 9.610/98 estipula que "*As normas relativas aos direitos de autor aplicam-se, no que couber, aos direitos dos artistas intérpretes ou executantes*"; **B:** correta, pois o art. 10 da Lei 9.610/98 estipula que a proteção à título de obra limita-se "*às obras de mesmo gênero*"; **C:** incorreta, pois o art. 18 da referida Lei determina que a proteção aos direitos autorais independe de registro; **D:** incorreta, pois a despeito da obra ter sido encomendada, o autor continua com seus direitos autorais plenos; **E:** incorreta, pois contrária aos termos do art. 52 da mencionada Lei. GN

Gabarito "B"

(Magistratura/ES – 2011 – CESPE) Com base na jurisprudência edificada no STJ sobre os direitos autorais, assinale a opção correta.

(A) A pena pecuniária imposta a contrafator de programas de computador é restrita ao valor de mercado dos programas apreendidos.

(B) Para a responsabilização do agente que reproduz obra de arte sem a prévia e expressa autorização do seu autor, deve ser aferida a sua culpa.

(C) Não configura infração à legislação autoral a autorização de uso de *software* e módulos atinentes a ensino a distância por universidade contratante a outras para as quais não tenham sido licenciados os produtos, se coligadas.

(D) A utilização de obras musicais em espetáculos gratuitos promovidos pela municipalidade não enseja a cobrança de direitos autorais.

(E) A simples circunstância de serem publicadas fotografias sem a indicação de autoria é suficiente para dar ensejo a indenização por danos morais.

A: incorreta, pois o STJ entende que "*a pena pecuniária imposta ao infrator não se encontra restrita ao valor de mercado dos programas apreendidos*". Tal entendimento decorre da interpretação do art. 102 da Lei n.º 9.610/98. (RESP n.º 1.136.676/RS); **B:** incorreta, pois o STJ entende que nessa hipótese a responsabilidade é objetiva (RESP n.º 1123456/RS); **C:** incorreta, pois o STJ entende que há infração à legislação nesse caso (RESP n.º 1127220/SP); **D:** incorreta, pois o STJ entende que "*A utilização de obras musicais em espetáculos carnavalescos gratuitos promovidos pela municipalidade enseja a cobrança de direitos autorais à luz da novel Lei n. 9.610/98, que não mais está condicionada à auferição de lucro direto ou indireto pelo ente promotor*" (RESP n.º 524.873/ES); **E:** correta, pois o STJ entende que "*a simples circunstância de as fotografias terem sido publicadas sem a indicação de autoria _ como restou incontroverso nos autos – é o bastante para render ensejo à reprimenda indenizatória por danos morais*" (RESP n.º 750822/RS). GN

Gabarito "E"

(Magistratura/MG – 2012 – VUNESP) Assinale a alternativa correta com relação aos direitos da personalidade.

(A) Os direitos da personalidade são transmissíveis e renunciáveis, podendo seu exercício sofrer limitação voluntária, salvo se a lei excepcionar.

(B) Para proteção da utilização da imagem não autorizada de pessoa morta, nas hipóteses da lei civil, é parte legítima para requerer a medida judicial protetiva somente o cônjuge sobrevivo.

(C) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.

(D) Terá legitimação para requerer medida judicial para que cesse lesão a direito da personalidade do morto o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente na linha reta, ou colateral até o quarto grau.

A: incorreta, tendo em vista que a alternativa afronta o art. 11 do Código Civil que estabelece que tais direitos são intransmissíveis e irrenunciáveis; **B:** incorreta, pois além do cônjuge sobrevivente, os descendentes e ascendentes também são partes legítimas a proteger a imagem de pessoa falecida nos termos do art. 20 parágrafo único; **C:** incorreta, pois admite-se apenas a disposição gratuita do próprio corpo, nos termos do art. 14 do CC; **D:** correta, pois a legitimidade ali mencionada coincide com a prevista no art. 12, parágrafo único, do CC. GN

Gabarito "D"